



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

Inquérito Civil: 06.2019.00000907-6

## **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL**

No dia 15 de abril de 2024, às 14h30min, na sala da 1ª Promotoria de Justiça de Massapê/CE, de um lado o **Ministério Público do Estado do Ceará**, por meio de seu Promotor de Justiça infra-assinado, Titular deste órgão de execução, com atribuições na Defesa da Saúde Pública, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, nos termos dos arts. 37, § 4º, e 129 da Constituição Federal, bem como do art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992; do art. 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB e da Resolução 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; e, do outro, a **Sra. MARIA LUCINELDA RODRIGUES DO NASCIMENTO**, brasileira, professora efetiva do município de Massapê/CE, e-mail: [lucineldaalmada@gmail.com](mailto:lucineldaalmada@gmail.com), portadora do CPF 840.139.583-68 e do RG 96031076895 SSPDS/CE, Telefone: (88) 99260-6229, residente e domiciliada à Rua Major Juvêncio, S/N – Centro-Massapê/CE, devidamente representada por seu **Advogado Wilmer Cysne Prado e Vasconcelos Júnior (OAB-CE nº 5.054)**, com endereço profissional/funcional à Rua Cel. José Silvestre, nº 586, Centro-Sobral/CE, e-mail: [wilmerpradojr@hotmail.com](mailto:wilmerpradojr@hotmail.com), Telefone: (85) 9 9917-8814, doravante designada de **Compromissária**, diante do contido nos autos, que constatou a prática de locação de veículos de sua propriedade, como servidora municipais do Município de Massapê/CE, e veículos para a própria municipalidade, através de sua Secretaria de Saúde, auferindo do município a quantia de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) à época, vêm **CELEBRAR** o presente acordo de não persecução civil, conforme argumentos e cláusulas a seguir.

**CONSIDERANDO** o que consta nos autos do Inquérito Civil Público em epígrafe, que trata da conduta da investigada pela prática de ato de improbidade administrativa tipificado no art. 10, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), por ter realizado contrato com o município de Massapê para locação de

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
veículo próprio, enquanto servidora municipal, para servir à Secretaria de Saúde da  
município;

**CONSIDERANDO** a atribuição do Ministério Público, nos termos dos arts. 127 e 129, inciso II, da Constituição Federal – CF e art. 1º, inciso VIII, da Lei nº 7.347/85, na defesa dos interesses sociais indisponíveis e dos direitos difusos como formas de realizar os objetivos e princípios maiores do ordenamento brasileiro previstos pela Constituição Federal em seus arts. 1º, III (*dignidade da pessoa humana*), 3º I e IV (*sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos*) e 37 (*princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*);

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, e da eficiência administrativa, na forma dos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que são princípios norteadores da Administração Pública e seus respectivos gestores a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 1, § 5º, LIA);

**CONSIDERANDO** que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade;

**CONSIDERANDO** os princípios e as normas previstas no Código de Processo Civil, que incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, com diretrizes que elevaram os poderes da ação resolutive, especialmente o Sistema Multiportas, que devem ser promovidas e estimulados no sistema de justiça;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução n.º

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
109/2023/OECPJ/MPCE, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, o Acordo de Não Persecução Civil;

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 118/2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, instituiu a referida política com o objetivo de assegurar a promoção da justiça e a máxima efetividade dos direitos e interesses que envolvem a atuação da Instituição;

**CONSIDERANDO** que o acordo de não persecução civil objetiva a aplicação célere e eficaz das sanções estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992, a reparação do dano sofrido pelo erário e a perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio dos autores, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência, de forma suficiente para prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade administrativa (art. 2º da Resolução nº 109/2023 do OECPJ/MPCE);

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir maior efetividade à atuação ministerial em investigações relativas à tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa, bem como a necessidade da adoção de atuação proativa em busca da litigiosidade;

**CONSIDERANDO** que a composição proporciona, a um só tempo, a solução mais célere às supostas lesões a direitos transindividuais, eficácia à tutela coletiva desses interesses, bem como a promoção da razoável duração do processo, direito constitucionalmente assegurado a todos, judicial e administrativamente (art. 5º, LXXVIII), além de contribuir para o descongestionamento do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** que um dos importantes instrumentos que colaboram para a celeridade processual são as convenções processuais ampliadas pelo Código de Processo Civil de 2015, que, havendo a consensualidade das partes, possibilitam a autocomposição e a transação firmadas entre os sujeitos ativos e passivos da demanda;

**CONSIDERANDO** que o próprio Código de Processo Civil, em seu artigo 3º, contempla a previsão, bem como enfatiza a notável importância dos acordos, destacando-se que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
consensual dos conflitos, havendo uma sutileza entre o conteúdo normativo que este veicula e o artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a Resolução n.º 072/2022 –OECPJ prevê no art. 11, aliena *a*, que a atuação na área da defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa compreende promover e acompanhar medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas para a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa, inclusive decorrentes das normas de licitação e contratos da Administração Pública, bem como as sanções previstas na legislação especial, aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa, nos termos da lei;

**CONSIDERANDO** que os órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Ceará, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão celebrar acordo de não persecução cível – ANPC, com pessoas físicas e/ou jurídicas, nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado (art. 1º);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 17-B da Lei n.º 8.429/92, incluído pela Lei n.º 14.230/2021, segundo o qual o Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: *i) o integral ressarcimento do dano e ii) a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados;*

**CONSIDERANDO** que foi realizada nos autos a prévia oitiva do ente público lesado sobre o acordo, nos termos do art. 17-B, § 1º, I, da Lei n.º 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que, embora a Lei de Improbidade Administrativa estabeleça no art. 17-B, §3º a obrigatoriedade da oitiva do Tribunal de Contas para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, houve decisão nos autos da ADI n.º 7.236 MC/DF, em que o Ministro Relator, Alexandre de Moraes, em 27 de dezembro de 2022, **suspendeu a eficácia do dispositivo supramencionado**, argumentando, dentre outros pontos, que a medida condiciona o exercício da atividade-



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
fim do Ministério Público à atuação da Corte de Contas, em possível interferência na autonomia funcional do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que é possível a celebração de Acordo de Não Persecução Civil em matéria de improbidade administrativa, na fase extrajudicial ou no curso da respectiva ação judicial, ou até em fase recursal;

**CONSIDERANDO** as tratativas feitas entre as partes do presente acordo, que se acertaram no sentido da solução consensual da demanda dos autos, convictos de que a solução proposta atende ao primado do interesse público;

**CONSIDERANDO** que, pelo que foi apurado nos autos do presente Inquérito Civil, constatou-se a prática de ato de improbidade descrita no art. 10, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), porquanto contratou com o poder público municipal de Massapê, através de sua Secretaria de Saúde, veículo de sua propriedade, mesmo sendo servidora pública municipal, auferindo por tal contratação o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e suzentos reais) à época;

**CONSIDERANDO** que em relação à responsabilização da conduta da **COMPROMISSÁRIA**, aplica-se, **independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial**, as sanções previstas no art. 12, inciso I, que seriam aplicáveis à espécie caso os autos fossem judicializados:

*Art. 12. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:*

*II - na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos;*

**CONSIDERANDO** que a celebração do acordo não afasta, necessariamente, as eventuais responsabilidades administrativa e penal, conforme a decisão proferida na ADI 7232, em que o STF suspendeu a eficácia do artigo 21, §4º da

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

LIA, que traz impeditivo para o trâmite da ação de improbidade, quando existente absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos. Para o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, a independência de instâncias exige tratamentos sancionatórios diferenciados entre os ilícitos em geral (civis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que o reconhecimento da responsabilidade pelo ato ilícito praticado, interrompe a prescrição nos termos do inciso VI do artigo 202 do Código Civil, quando celebrado extrajudicialmente, conforme previsto no inciso IV do art. 3º da Resolução nº 109/2023 do OECPJ/MPCE;

**CONSIDERANDO** que o descumprimento do acordo por responsabilidade do pactuante não implicará a invalidação de prova por ele fornecida ou dela derivada, podendo o órgão ministerial utilizar as provas obtidas em investigação ou ação judicial em curso (Parágrafo Único do art. 12 da Resolução nº 109/2023 do OECPJ/MPCE);

**CONSIDERANDO** que Acordo de Não Persecução Civil é o negócio jurídico, por meio do qual o Ministério Público transige acerca do seu poder/dever de ação, mediante o reconhecimento do fato pelo Compromissária(o) e a negociação de condições que consubstanciam obrigação de fazer, de não fazer ou de dar que tenham, embora não exclusivamente, os efeitos práticos semelhantes aos das sanções dispostas no artigo 12 da Lei 8.429/92;

**CONSIDERANDO** a melhor doutrina, a expressão 'acordo de não persecução civil' designa a ideia de autocomposição na esfera de improbidade administrativa, que torna desnecessária a propositura ou a continuidade da ação eventualmente proposta com o objetivo principal de impor sanções ao agente ímprobo;

**CONSIDERANDO** a manifestação consensual apresentada pelo compromissário, manifestando interesse na recomposição voluntária do erário, bem como na submissão as sanções aqui propostas para prevenção e reparação do dano;

**CONSIDERANDO** que, no caso dos autos, a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
são favoráveis à celebração do acordo, além das vantagens que apresentam para o interesse público e da rápida solução do caso, mostrando-se a medida mais efetiva na recomposição do erário, ao passo que atende aos preceitos de duração razoável do processo;

**CONSIDERANDO** que o presente acordo esgota o objeto do procedimento extrajudicial em epígrafe, que será utilizado para instrução do pedido de homologação judicial do acordo perante o Poder Judiciário (§ 13 do art. 8º da Resolução nº 109/2023 do OECPJ/MPCE);

**RESOLVEM**, após livre discussão e negociação, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência, **firmar o presente Acordo de Não Persecução Civil, nos termos a seguir:**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES INICIAIS:**

##### **Objeto:**

1. O presente Acordo de Não Persecução Civil refere-se aos fatos apurados no Inquérito Civil, conforme delimitados na Portaria de Instauração anexa às fls. 1/2 e 3/4 dos autos.

1.1. Em síntese, a compromissária contratou com o poder público municipal de Massapê, através de sua Secretaria de Saúde, veículo de sua propriedade, mesmo sendo servidora pública municipal, auferindo por tal contratação o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e suzentos reais) à época, incorrendo no ato ímprobo de prejuízo ao erário tipificado no art. 10, *caput*, da Lei 8.429/1992;

##### **Admissão dos fatos:**

1.2. A **Compromissária** reconhece que praticou a conduta, incorrendo em tese no ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, definido no art. 10, *caput*, da Lei nº 8.429/1992, cujas sanções encontram-se no art. 12 do mesmo diploma. (art. 3º, IV, da Resolução nº 109/2023 do MPCE).

1.2. A **Compromissária declara ciência** de que o reconhecimento da prática do ato descrito alhures **interrompe a prescrição para responsabilização do ato**, nos termos do inciso VI do art. 202 do Código Civil e do art. 3º, inciso IV, da Resolução



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

nº 109/2023/MPCE.

**1.3. A Compromissária** declara que em todas as fases da negociação e na assinatura do presente Termo esteve sempre assistida por Advogado.

**Avaliação das peculiaridades do caso concreto pelo Ministério Público:**

**1.4.** O Ministério Público considera que a celebração do ANPC é a solução mais vantajosa à tutela do bem jurídico ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a possibilidade de duração razoável do processo, a efetividade das sanções aplicáveis, a maior abrangência de responsabilização de agentes públicos, de terceiros envolvidos no ilícito ou que dele tenham auferido vantagem indevida de qualquer natureza, a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato ilícito, o proveito auferido pelo agente e a extensão do dano causado, demonstrando a Compromissária disposição em colaborar para a consecução dos objetivos deste ANPC:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS AO ANPC:**

2. São condições indispensáveis à celebração do presente ANPC:

**Ressarcimento integral do dano ao município/à entidade lesada (art. 3º, inciso VI, da Resolução nº 109/2023 do OEC PJ/MPCE):**

**2.1.** A COMPROMISSÁRIA se obriga a ressarcir integralmente o dano causado ao erário, no valor total de R\$ 7.200,00, que atualizado monetariamente corresponderia a **R\$ 10.253,72 (dez mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos)**, em favor do Município de Massapê, em **46 (quarenta e seis) parcelas de R\$ 222,91 (duzentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos)**, conforme definido na audiência de celebração do acordo, contados da ciência da homologação judicial do presente ANPC.

**2.2.** A quitação do débito será feita mediante pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, cuja expedição deverá ser requerida pela

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE





1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
Compromissária ao setor competente do Município, com prazo de vencimento estipulado no termo de audiência, qual seja, dia 10 (dez) de cada mês, devendo ser comunicado ao Ministério Público o pagamento de cada prestação do parcelamento, nos dez dias subsequentes ao respectivo pagamento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA:**

3. Obriga-se a Compromissária a:

#### **Suspensão dos direitos políticos (art. 4º, IV, da Resolução 109/2023/OECPJ/MPCE)**

3.1. A COMPROMISSÁRIA se submete a cumprir a condição de suspensão dos seus direitos políticos pelo prazo de 03 (três) anos.

3.11. O prazo fixado na subcláusula anterior contará a partir da homologação judicial do presente ANPC.

3.12. Por ocasião do requerimento de homologação judicial do ANPC será requerido pelo Ministério Público que conste na sentença homologatória do ANPC a determinação para que seja comunicada essa avença sobre a suspensão dos direitos políticos junto ao Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos – INFODIP, instituído pela Resolução Conjunta nº 06, de 21 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral. Na hipótese de não constar na decisão judicial homologatória, a determinação de encaminhamento à Justiça Eleitoral, caberá ao Ministério Público diligenciar para inscrição no INFODIP.

### **CLÁUSULA QUARTA - CLÁUSULAS ACESSÓRIAS:**

5. A COMPROMISSÁRIA concorda, ainda, com as seguintes cláusulas acessórias:

#### **Comunicações e acesso à informação:**

5.1. Manter atualizados todos os seus dados perante o Ministério Público até final cumprimento de todas as obrigações, bem como receber todas as comunicações relativas ao acompanhamento da execução deste Acordo por meio do endereço

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

eletrônico de sua(seu) Advogada(o) ou próprio, bem como por telefone, cujo recebimento será certificado pelo Ministério Público nos autos do Procedimento Administrativo instaurado para referido acompanhamento;

**5.2.** Informar alteração de endereço, telefone, e-mail ou da sua representação jurídica no prazo de dez dias, até o integral cumprimento das cláusulas do ANPC;

**5.3.** Deverá A COMPROMISSÁRIA informar, por meio do e-mail [lprom.massape@mpce.mp.br](mailto:lprom.massape@mpce.mp.br) ou por meio do Peticionamento Eletrônico Intermediário disponível no Sítio Oficial do Ministério Público do Estado do Ceará, [http://www.mpce.mp.br/servicos/consulta\\_processos/peticionamento-eletronico/](http://www.mpce.mp.br/servicos/consulta_processos/peticionamento-eletronico/), o pagamento dos valores ajustados no presente ANPC, após dez dias do respectivo pagamento, seja integral ou parcelado, com os documentos comprobatórios do pagamento, nos autos do Procedimento Administrativo que será instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas do ANPC.

**Compromisso de comparecimento:**

**5.4** A COMPROMISSÁRIA obriga-se a comparecer perante o Ministério Público ou em Juízo, às próprias expensas, quando necessário;

**Comunicação sobre representação por profissional habilitado:**

**5.5.** Caso constitua outro(a) Advogado(a) para acompanhar a execução deste acordo, compromete-se a juntar procuração ou substabelecimento no prazo de 10 (dez) dias;

**CLÁUSULA SEXTA - DA APROVAÇÃO DO CSMP (art. 17-B, § 1º, II DA Lei nº 8.429/92)**

**6.** Após assinado pelas partes e lançado nos autos, o Órgão de execução deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, remeter o Acordo de Não Persecução Civil e respectivos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para aprovação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do § 9º do art. 8º da Resolução nº 109/2023 do OECPI/MPCE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

8.1. O Ministério Público se compromete a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível ou ação por improbidade administrativa relacionada aos fatos e termos convencionados no presente acordo contra a **COMPROMISSÁRIA**, na hipótese de cumprimento da compromissária dos termos avençados.

8.2. Em caso de descumprimento de acordo pela **COMPROMISSÁRIA**, o Ministério Público se compromete a notificá-la a apresentar justificativa no prazo de dez dias, conforme prevê o art. 11, da Resolução nº 109/2023/MPCE.

8.3. O Ministério Público cientificará A **COMPROMISSÁRIA** do protocolo de ajuizamento do requerimento de Homologação Judicial do ANPC, no prazo de trinta dias, para fins de acompanhamento da tramitação do processo judicial.

8.4. O Ministério Público cientificará A **COMPROMISSÁRIA** da instauração do Procedimento Administrativo para acompanhamento das cláusulas do ANPC, no prazo de trinta dias da respectiva instauração, possibilitando-se a compromissária o peticionamento eletrônico intermediário por meio do seguinte endereço eletrônico do Ministério Público do Estado do Ceara:  
[http://www.mpce.mp.br/servicos/consulta\\_processos/peticionamento-eletronico/](http://www.mpce.mp.br/servicos/consulta_processos/peticionamento-eletronico/).

**CLÁUSULA OITAVA - DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (§§ 13, 14 e 15 e 16 da art. 8º da Resolução nº 109/2023 do MPCE):**

8.1. Para a plena vigência e exigibilidade das obrigações do presente ANPC celebrado na fase extrajudicial, o Ministério Público deverá, após aprovação do CSMP, peticionar, ao juízo cível, requerimento de homologação do presente ANPC, condicionando-se o cumprimento das condições à homologação judicial do ajuste.

**CLÁUSULA NONA - MULTA COMINATÓRIA:**

9.1. Pelo descumprimento do acordado, A **COMPROMISSÁRIA** deverá pagar a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a título de multa, por cada dia de

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê  
atraso, corrigida pelo IPCA, até o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento total do Acordo;

**10.2** A Multa Diária será corrigida pelo índice oficial em vigor, até a data do efetivo pagamento, e revertida ao **Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará – FDID** (CNPJ 07.893.230/0001-76; banco 104 - Caixa Econômica Federal; Agência 919; Operação 006).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ANPC:**

**10.1.** O cumprimento das condições estabelecidas será efetivado e acompanhado pelo Ministério Público em Procedimento Administrativo instaurado para esta finalidade, no sistema informatizado SAJ-MP e do qual constarão o presente Termo e a Decisão de Homologação Judicial, além da documentação considerada necessária pelo membro do Ministério Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCUMPRIMENTO DO ANPC**

**11.1.** O descumprimento do acordo, inclusive o inadimplemento dos valores devidos ou das parcelas, sem apresentação de justificativa ou com justificativa rejeitada pelo órgão ministerial, acarretará o vencimento antecipado das medidas convencionadas em sua totalidade e a execução de suas garantias, devendo o órgão de execução do Ministério Público promover a execução do título, inclusive da cláusula cominatória, ou, em na hipótese de acordo de colaboração, requerer, se for o caso, a rescisão do ajuste junto ao órgão homologador, retornando-se à investigação ou ao processo para continuidade da persecução (art. 12 da Resolução nº 109/2023 do MPCE),

**11.2.** O descumprimento do acordo por responsabilidade do pactuante e sua eventual execução não implicarão a invalidação da prova por ele fornecida ou dela derivada, preservando-se a utilização das informações prestadas, dos documentos fornecidos e quaisquer outras provas produzidas ou delas derivadas, quando for o caso, em investigação ou ação judicial em curso, conforme prevê o (art. 12, parágrafo único da Resolução 109/2023 do MPCE).

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

**11.3.** O presente acordo poderá ser rescindido no caso de não veracidade, imprecisão ou eventual omissão das informações prestadas pela COMPROMISSÁRIA e em razão de: a) descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos; b) constatação de ato tendente ao esvaziamento patrimonial como forma de fraudar o seu cumprimento, ainda que realizado anteriormente à sua celebração.

**11.4.** Ocorrendo o descumprimento do ANPC pela COMPROMISSÁRIA, fica sujeito às seguintes consequências:

**11.4.1.** Perderá todos os benefícios pactuados;

**11.4.2.** Tornar-se-á exigível a multa cominatória prevista na Cláusula Décima, incumbindo ao Ministério Público a sua execução, acrescida de correção monetária;

**11.4.3.** Operar-se-á o vencimento antecipado das parcelas não pagas relativas às obrigações de ressarcimento integral;

**11.4.4.** Executados serão os valores respectivos, acrescidos de correção monetária e juros legais, competindo ao órgão do Ministério Público promover a execução do título, nos termos dos arts. 513 a 538 do CPC;

**11.2.5.** Será retomado o inquérito civil referente aos fatos objeto do acordo;

**11.2.6.** O previsto na subcláusula anterior não impedirá a promoção da execução dos valores relativos às obrigações de ressarcimento integral.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

### **Publicidade:**

**12.1.** Após a homologação judicial, será o presente acordo devidamente publicado no Diário Oficial Eletrônico do MPCE.

### **Vigência:**

**12.2.** A força vinculante deste instrumento inicia-se com sua assinatura, mas somente produzirá efeitos, sendo exigível a partir da homologação judicial do Acordo de Não Persecução Civil e perdurará até o integral cumprimento de todas as condições acordadas.

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE



1ª Promotoria de Justiça de Massapê

**Título Executivo:**

**12.3.** O presente ANPC, a partir de sua homologação judicial, possui força de título executivo judicial, permitindo a execução da sentença, nos termos do disposto no Código de Processo Civil.

**Sucessores ou herdeiros:**

**12.4.** As estipulações presentes neste ANPC, relativas às obrigações de ressarcimento integral e perda de bens e valores ilicitamente acrescidos, pagamento de dano moral coletivo e a multa cominatória obrigam a todos os herdeiros e sucessores da Compromissária, sob qualquer título, até limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, sendo ineficazes quaisquer estipulações contrárias.

**Do cumprimento do ANPC e do arquivamento do Procedimento Administrativo:**

**12.5.** Verificado o cumprimento das condições estabelecidas neste acordo, será declarado adimplido o ANPC por ato do membro do Ministério Público, em despacho fundamentado de arquivamento do Procedimento Administrativo.

Para os devidos fins de direito, o Ministério Público, a Compromissária e seu Advogada assinam o presente Acordo de Não Persecução Civil em 3 (três) vias de igual teor, mantido o mesmo em versão digital no sistema informatizado do Ministério Público do Estado do Ceará.

Massapê, 18 de abril de 2024.

**Evânio Pereira de Matos Filho**

**Promotor de Justiça**

**Maria Lucinelda Rodrigues do Nascimento Almada**

CPF nº 840.139.583-68

Compromissária

**Wilmer Cysne Prado e Vasconcelos Júnior**

Advogado

OAB/CE nº 5.054

Tv. José Amâncio, S/N, Massapê-CE